

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 1. Identificação da Reunião

**1ª Reunião Ordinária da Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão de 2025.**

Data	Horário	Local
11/03/2025	16h30	Palácio do Planalto – sala 96 e videoconferência

### 2. Participantes

PARTICIPANTES	CARGO/POSIÇÃO	ÓRGÃO
Pedro Helena Pontual Machado	Titular CEFIC Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil	Casa Civil da Presidência da República (CC-PR)
Carlos Antônio Lopes de Araújo	Assessor Especial	
Rogério Souza Mascarenhas	Titular CEFIC Secretário-Executivo da CEFIC Secretário de Governo Digital	Secretaria de Governo Digital (SGD) / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
Eduardo Magalhães de Lacerda Filho	Diretor de Programa	
Daniel de Souza Rosa	Assessor Técnico	
Enylson Camolesi	Presidente	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)
Mauricio Augusto Coelho	Diretor de Tecnologias de Identificação	/ Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)
Katia Macarini Gonçalves	Coordenadora Geral de Tecnologias de Identificação	
Ana Maria Costa Cândido Lacerda	Assessora da Diretoria de Tecnologias de Identificação	
Rafael Neves Carvalho	Coordenador Operacional de Cadastros e Benefícios Fiscais	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)
Paula Xavier	Suplente CEFIC Diretora do DataSUS	Ministério da Saúde (MS)
Solange Berto de Medeiros	Suplente CEFIC Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI/MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
Camila Pintarelli	Diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública -FNSP/MJSP	
Isabel Seixas de Figueiredo	Diretora do Sistema Único de Segurança Pública	
Jose Rocha de Carvalho Filho	Coordenador-Geral de Planejamento, Inovação e Integração de Tecnologia da Informação e Comunicação para Segurança Pública - STI/MJSP	
Beatrix Figueiredo	Coordenadora-Geral de Modernização Tecnológica SENASP	
Fernando Ferreira Rezende	Diretor do Instituto Nacional de Identificação -INI/DPA/PF	
Tula Vieira Brasileiro	Coordenadora-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

### **3. Pauta**

#### **3.1. Informes:**

- a. Status do Projeto: Emissão de CIN por Unidades Federativas
- b. Execução orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública para emissão da CIN por UF (2024 a 02/2025)
- c. Auditoria Biométrica – CIN
- d. Consulta Pública Modelo Informacional - CIN
- e. Relatório de Acompanhamento do Programa Nacional de Identificação Civil – Acórdão nº1226/2024 – TCU
- f. Implantação de funcionalidade “Comunicação de extravio/furto CIN” no aplicativo GOV.BR
- g. Plano de Comunicação CIN – Colaboração com a Secretaria de Comunicação Social
- h. Congresso Nacional da Cidadania Digital – 2025: 23 a 25 de setembro de 2025

#### **3.2. Serviço Biométrico Federal – Minuta do Plano de Implementação**

#### **3.3. Planejamento CEFIC 2025**

### **4. Relato**

Inicia-se com apresentação do quantitativo de CIN emitidas, e destaca-se a solicitação de apoio da SENASP para garantir que os estados aumentem o número de emissões de CIN e atinjam a universalização.

Apresentada a avaliação que nem todos os estados encontram-se integrados ao B-Cadastro, o que acarreta sobrecarga da capacidade operacional de atendimento da RFB para realizar as inscrições no CPF. Solicitação de apoio para que os estados atendam o preconizado no Decreto Lei 14.534/2023 e realizem a inscrição e alteração do CPF por meio da integração sistêmica. Avaliadas alternativas de estímulo aos estados para realização de ajustes em seus sistemas com interoperabilidade com o B-Cadastro para possibilitar a inscrição e alteração de CPF, tais como: tratativas com a rede bancária, setor terciário, Febraban, Serasa e outros atores importantes.

O colegiado sugere uma articulação e diagnóstico dos estados quanto à identificação de dificuldades e limitações administrativas, contratuais e financeiras à interoperabilidade dos sistemas.

Foi apresentada pelo MJSP, uma planilha de “Dados do Fundo Nacional de Segurança Pública – Recursos usados por ente federativo” (Anexo 6.1), com situação de cada UF em termos de utilização de recursos, sejam eles próprios ou oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Ademais foi esclarecido que, até o momento, apenas seis estados enviaram os planos de ação ao FNSP, entretanto, o prazo para apresentação dos planos ainda não está encerrado. Diante dos valores exibidos, segundo avaliação do MJSP não se observa a falta de recursos. Há, no entanto, limites contratuais, e outras questões de demandas e de sistemas a serem superadas.

Foi proposto a realização de um diagnóstico nos estados, onde sugeriu-se o levantamento de informações para possibilitar um modelo eficiente de emissão da CIN, apurando-se qual a melhor opção: terceirização do serviço ou serviço próprio de gráfica, inclusive com a análise de eficiência na aplicação dos recursos.

Anunciado que o Modelo Informacional - MI segue em consulta pública, recebidas, até o momento, quinze contribuições.

Informado que foi enviado ao TCU, o relatório semestral acerca do acompanhamento do Programa Nacional de Identificação do Cidadão, com cronograma e as respectivas ações a serem realizadas, para atendimento à Auditoria em curso.

Esclarecido que a funcionalidade do “roubo/extravio” está concluída no aplicativo GOV.BR. Quanto ao aplicativo de leitura do QR Code, que está ao encargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e em fase de testes, foi sugerida a realização de um teste beta com uma amostragem de cem pessoas com menor familiaridade com tecnologia. Para o lançamento, que poderá ser realizado de forma escalonada, o MJSP fará a proposição de uma data para o evento, com participação de Ministros.

Proposta a realização de uma reunião com a SECOM e estabelecimento de ações publicitárias para avanço no plano de comunicação da CIN.

Em relação ao Sistema Biométrico Federal (SBF), na próxima reunião da CEFIC será apresentada uma minuta do plano de implementação: API Gráficas; Motor Biométrico ABIS; Integração PCIN x SBP; PCIN receberá CIN vindas do SBF; e Integração com biometrias TSE, PF e Senatran. Destacaram na reunião os benefícios no processo de emissão da CIN, e para o cidadão, uma identificação mais segura. Destaca-se que o sistema bancário tem interesse na evolução do projeto e futuras integrações. Nesse sentido, foi recomendada a inclusão do tópico de articulação com a Febraban, no cronograma.

## 5. Encaminhamentos

- 5.1. A proposta do Planejamento CEFIC para 2025 será enviada por e-mail aos membros, para deliberação na próxima reunião.
- 5.2. O MGI realizará tratativas com o Banco Mundial, visando celebrar acordos de cooperação para avaliação em relação ao projeto da CIN.
- 5.3. A SENASP irá liderar o diálogo junto às 27 Unidades Federativas, com participação da SGD, ITI e RFB, para formulação de diagnóstico da emissão de CIN nas UFs.
- 5.4. Após o diagnóstico, definir cinco estados para expansão do projeto no período de dois meses, inclusive com edição de portaria do FNSP, específica, para desenvolvimento de ações voltadas às situações identificadas.
- 5.5. Apresentação do plano de implementação do SBF na próxima reunião da CEFIC.
- 5.6. Promover articulação junto ao estado de SP para inscrição e alteração do CPF por meio da integração ao B-Cadastro.

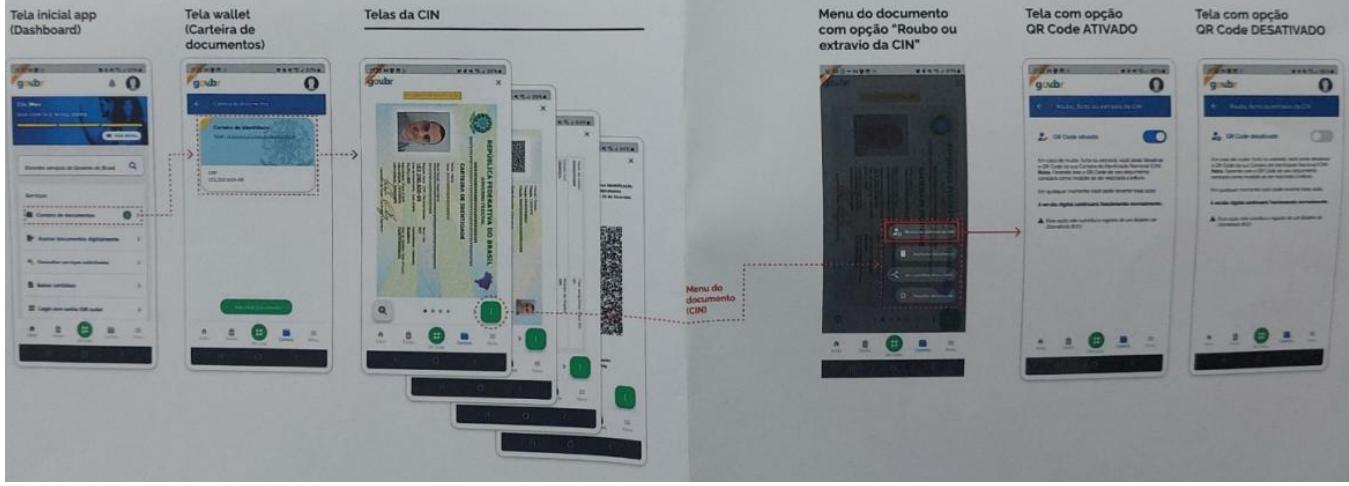
CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL		RECURSOS USADOS POR ENTE FEDERATIVO		
UF	Dados do Fundo Nacional de Segurança Pública	Recursos do próprio ente (R\$)	Recursos do FNSP (R\$)	Total de carteiras emitidas
AC	R\$ 11.313.598,94	-		198.700
AM	R\$ 15.170.736,88	R\$ 159.809,25		651.944
AP	R\$ 55.822.500,00	-		627.725
BA	R\$ 8.650.098,00	-		76.788
CE	R\$ 29.458.362,59	R\$ 755.404,00		1.050.512
DF	R\$ 13.549.326,40	-		462.661
ES	R\$ 42.000.000,00	-		888.789
GO	R\$ 14.428.144,59	-		973.818
MA	R\$ 39.313.534,66	-		792.675
MT	R\$ 4.019.400,27	R\$ 374.939,28		997.498
MS	-	-		
MG	R\$ 64.530.000,00	-		4.142.994
PA	-	-		
PB	R\$ 791.250,00	R\$ 1.640.346,63		560.951
PR	R\$ 10.970.628,24	-		1.590.149
PE	R\$ 13.142.469,76	R\$ 429.000,00		550.816
PI	-	-		
RJ	-	-		
RN	R\$ 6.075.476,95	R\$ 256.136,00		489.778
RS	R\$ 90.600.000,00	-		2.111.827
RO	R\$ 14.902.340,32	R\$ 7.000.000,00		187.077
RR	R\$ 302.651,25	-		10.875
SC	R\$ 18.759.000,00	-		1.443.000
SP	R\$ 31.936.395,80	-		2.184.432
SE	R\$ 14.100.646,56	R\$ 4.056.821,60		411.722
TO	R\$ 393.500,00	R\$ 150.900,00		185.811
Total	R\$ 500.811.971,48	R\$ 16.598.181,48	20.621.203	

## 6.

Anexo 6. 1- Dados do Fundo Nacional de Segurança Pública – Recursos usados por ente federativo

**1**

## FLUXO DE ATIVAÇÃO/DESATIVAÇÃO DO QR CODE DA CIN



Anexo 6. 2- Fluxo de ativação/desativação do QR Code da CIN